

A. I. Nº - 180459.0044/03-5
AUTUADO - VN COMÉRCIO DE CONVENIÊNCIAS IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ALMIR LAGO DE MEDEIROS
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 06.04.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0099/01-04

EMENTA: ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Provado que parte dos documentos se encontrava contabilizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/12/03, acusa “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas”, sendo lançado ICMS no valor de R\$ 7.256,06, com multa de 70%.

O contribuinte defendeu-se indicando algumas Notas Fiscais que se encontravam contabilizadas. Apontou outros documentos, alegando que se trata de aquisições para o ativo imobilizado e bens de consumo.

O fiscal autuante prestou informação admitindo o erro quanto à primeira parte da defesa. No tocante às Notas Fiscais que segundo a defesa seriam relativas a bens do ativo imobilizado e bens de uso, o autuante diz não concordar com o contribuinte, considerando que a infração está caracterizada pela falta de escrituração dos documentos.

VOTO

A descrição do fato, no Auto de Infração, foi feita de forma muito parcimoniosa: “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas”. Em respeito ao mandamento do art. 39, III, do RPAF/99, cumpre realçar qual o fato gerador da obrigação tributária neste caso. Quando se acusa o sujeito passivo de ter deixado de contabilizar entradas de mercadorias, precisa ficar claro que não é este fato, em si – falta de contabilização de entradas – que dá suporte à cobrança do tributo, pois a entrada de mercadorias procedentes do mercado interno ou a falta de sua contabilização não constituem fato gerador de ICMS. O fato gerador, nas operações internas, ocorre é por ocasião das saídas (o aspecto temporal só se reporta às entradas nas importações ou para efeitos de cobrança da diferença de alíquotas). A presente ação fiscal baseia-se na presunção legal de que a falta de contabilização de compras indica que o sujeito passivo efetuou os pagamentos de tais compras com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O lançamento do imposto diz respeito às citadas operações anteriormente realizadas.

O contribuinte apontou alguns documentos que se encontravam contabilizados. O fiscal autuante concordou em parte com a defesa, mas não refez os cálculos do débito, como devia. A fim de evitar o retardamento da decisão da lide, com prejuízos para o Estado e para o sujeito passivo, por esse fato, eu mesmo farei a revisão dos cálculos, embora reconheça que não é este o papel de julgador. Quanto às Notas Fiscais que segundo a defesa seriam relativas a bens do ativo imobilizado e bens de uso, tenho a dizer que tais circunstâncias não têm relevância neste caso, pois o tributo lançado nestes autos não se refere, especificamente, às Notas Fiscais não registradas, e sim a operações anteriormente efetuadas e não contabilizadas, com cujas receitas foram pagas as compras objeto do levantamento fiscal. O Demonstrativo de Débito deverá ser refeito com base nas seguintes indicações:

DATA OCORR.	DATA VENC.	BASE DE CÁLCULO	ICMS
30/04/1999	09/05/1999	2.920,11	496,42
31/05/1999	09/06/1999	4.298,94	730,82
31/07/1999	09/08/1999	6.849,23	1.164,37
31/08/1999	09/09/1999	1.371,70	233,19
30/09/1999	09/10/1999	481,70	81,89
31/10/1999	09/11/1999	484,16	82,31
30/11/1999	09/12/1999	118,52	20,15
31/12/1999	09/01/2000	328,41	55,83
31/01/2000	09/02/2000	472,82	80,38
31/03/2000	09/04/2000	365,70	62,17
31/05/2000	09/06/2000	8,58	1,46
30/06/2000	09/07/2000	289,00	49,13
31/07/2000	09/08/2000	1.763,76	299,84
31/08/2000	09/09/2000	20,35	3,46
30/09/2000	09/10/2000	3,76	0,64
31/10/2000	09/11/2000	10,88	1,85
30/11/2000	09/12/2000	523,64	89,02
31/12/2000	09/01/2001	612,41	104,11
31/01/2001	09/02/2001	3,05	0,52
30/04/2001	09/05/2001	1.463,11	248,73
31/05/2001	09/06/2001	358,97	61,02
31/08/2001	09/09/2001	77,23	13,13
30/09/2001	09/10/2001	-	-
31/12/2001	09/01/2002	3.636,88	618,27
31/01/2002	09/02/2002	-	-
31/03/2002	09/04/2002	235,43	40,02
30/04/2002	09/05/2002	452,17	76,87
31/05/2002	09/06/2002	1.500,00	255,00
31/07/2002	09/08/2002	691,70	117,59
31/08/2002	09/09/2002	986,64	167,73
30/09/2002	09/10/2002	490,82	83,44
31/10/2002	09/11/2002	4.395,11	747,17
31/12/2002	09/01/2003	483,58	82,21
Soma			6.068,74

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 180459.0044/03-5, lavrado

contra **VN COMÉRCIO DE CONVENIÊNCIAS IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.**, devendo o autuado ser intimado a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.068,74**, sendo R\$ 3567,04 atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e R\$2511,70 acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 2 de abril de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA